

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

Concurso Público - Edital nº 01/2019



PERÍODO:
TARDE

PROVA:
TIPO 02 - VERDE

ANALISTA PORTUÁRIO DIREITO

INSTRUÇÕES NO VERSO DA PROVA

ORGANIZADOR:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CARGO: ANALISTA PORTUÁRIO – DIREITO**CONHECIMENTOS GERAIS**

O tema da limitação da responsabilidade civil no transporte marítimo tem suscitado controvérsias no fórum da doutrina maritimista em todo o mundo e, especialmente, no Brasil. De um lado, há os que sustentam que se trata de mais um artifício para os proprietários de navios aumentarem os seus lucros. No Brasil, o mercado segurador da carga tem sido um dos mais críticos desse antigo instituto do transporte marítimo que foi seguido pelos demais modais, com algumas diferenças. De outro lado, há os que defendem que se trata de um instituto que procura aumentar a segurança jurídica de todos os que transportam cargas através de navios, bem como, tendo em vista os altos valores transportados, incentiva o desenvolvimento desse modal. No cotidiano da advocacia, verificamos desconhecimento das particularidades desse relevante instituto, não somente de magistrados de comarcas portuárias, mas de reguladores, sociedades classificadoras, construtores navais, agentes intermediários, importadores, exportadores e despachantes aduaneiros. Tal ambiente aumenta os riscos e os custos de transação das operações envolvendo transporte marítimo.

Criado há vários séculos para desenvolver o transporte marítimo, o instituto da limitação da responsabilidade civil está difundido em várias convenções internacionais, todavia, o Brasil só ratificou duas convenções: a *Convenção de 1924* (Bruxelas) e a *Convenção CLC 69*. Em coautoria com o Prof. Dr. Norman Augusto Martínez Gutierrez, publiquei o livro *Limitação da Responsabilidade Civil no transporte marítimo* para que fossem lançadas novas luzes nesse debate. A obra objetiva contribuir para o ambiente institucional da logística de transportes brasileira, através de uma abordagem sobre as principais convenções que regulam o tema, e que ainda não foram discutidas com maior profundidade na doutrina brasileira. Ela tem o fito de informar usuários de serviços de transportes aquaviários, armadores, investidores, seguradoras (transporte, carga e de infraestrutura), práticos, portuários, agentes marítimos, prestadores de serviços portuários, despachantes aduaneiros, marítimos, reguladores de transportes e portos. O livro decorre de pesquisa financiada com recursos da Capes e do Projeto Pesquisador Visitante Estrangeiro.

Com apresentação do advogado Luiz Roberto Leven Siano, ex-presidente do Instituto Ibero-americano de Direito Marítimo, a doutrina objetiva contribuir para o aumento da segurança jurídica no comércio marítimo internacional. Desse modo, trata de apresentar os principais aspectos jurídicos que envolvem a limitação da responsabilidade civil no transporte marítimo brasileiro, possivelmente o tema mais polêmico do Direito Marítimo. A obra surge em época de Reforma do Código Comercial (Emendas 55 e 56 ao Projeto de Lei nº 1572/2011) e, em parte, decorre da minha preocupação com os temas macro que afetam o setor de comércio exterior.

(Disponível em: <https://www.portosenavios.com.br/artigos/estudo-e-pesquisa/limitacao-da-responsabilidade-civil-no-transporte-maritimo-o-que-e-isso-parte-1>. Acesso em: 24/05/2019. Adaptado.)

Questão 01

Em “Com apresentação do advogado Luiz Roberto Leven Siano, ex-presidente do Instituto Ibero-americano de Direito Marítimo, a doutrina objetiva contribuir para o aumento da segurança jurídica no comércio marítimo internacional.” (3º§), as vírgulas foram utilizadas para separar um(a):

- A) Aposto.
- B) Vocativo.
- C) Adjunto adverbial.
- D) Oração adverbial reduzida.
- E) Expressão retificativa, semelhante a “isto é”.

Questão 02

“De um lado, há os que sustentam que se trata de mais um artifício para os proprietários de navios aumentarem os seus lucros.” (1º§) O excerto destacado anteriormente pode ser substituído, sem prejuízo semântico, por:

- A) Existe os que sustentam.
- B) Há naqueles que sustentam.
- C) Existe aqueles que sustentam.
- D) Devem haver os que sustentam.
- E) Devem existir os que sustentam.

Questão 03

Considerando o trecho “No Brasil, o mercado segurador da carga tem sido um dos mais críticos desse antigo instituto do transporte marítimo que foi seguido pelos demais modais, com algumas diferenças.” (1º§), assinale a alternativa que introduz uma modificação necessária para que ele adquira uma característica inerente ao texto preditivo.

- A) No Brasil, o mercado segurador mais crítico desse antigo instituto do transporte marítimo foi seguido pelos demais modais, com algumas diferenças pontuais.
- B) No Brasil, o mercado segurador da carga tem sido um dos mais críticos desse antigo instituto do transporte marítimo que foi seguido pelos demais modais, com algumas diferenças!
- C) No Brasil, o mercado segurador da carga será um dos mais críticos desse antigo instituto do transporte marítimo que foi seguido pelos demais modais, com algumas diferenças.
- D) No Brasil, o mercado segurador da carga tem sido um dos mais críticos desse antigo instituto do transporte marítimo que foi seguido pelos demais modais, com algumas diferenças?
- E) No Brasil, o mercado segurador da carga (...) tem sido um dos mais críticos desse antigo instituto do transporte marítimo (...) que foi seguido pelos demais modais, com algumas diferenças.

Questão 04

É correto afirmar que o pronome ela em “Ela tem o fito de informar usuários de serviços de transportes aquaviários, armadores, investidores, seguradoras (transporte, carga e de infraestrutura), práticos, portuários, agentes marítimos, prestadores de serviços portuários, despachantes aduaneiros, marítimos, reguladores de transportes e portos.” (2º§):

- A) Faz uma alusão à esposa do autor.
- B) Dá continuidade às explanações sobre um livro.
- C) Desdenha a logística aplicada no transporte brasileiro.
- D) Funciona como recurso anafórico do termo “advocacia”.
- E) Promove a retomada da expressão “doutrina brasileira”.

Questão 05

A locução conjuntiva para que em “Em coautoria com o Prof. Dr. Norman Augusto Martínez Gutierrez, publiquei o livro *Limitação da Responsabilidade Civil no transporte marítimo para que fossem lançadas novas luzes nesse debate.*” (2º§) exprime a ideia de:

- A) Finalidade.
- B) Concessão.
- C) Conformidade.
- D) Proporcionalidade.
- E) Condição ou hipótese.

Questão 06

Em “O tema da limitação da responsabilidade civil no transporte marítimo tem suscitado controvérsias na doutrina maritimista em todo o mundo e, especialmente, no Brasil.” (1º§), o termo destacado decorre do processo de formação de palavras denominado:

- A) Redução.
- B) Composição.
- C) Derivação sufixal.
- D) Derivação prefixal.
- E) Derivação parassintética.

Questão 07

No trecho “O livro decorre de pesquisa financiada com recursos da Capes e do Projeto Pesquisador Visitante Estrangeiro” (2º§), o verbo decorrer, devidamente conjugado na terceira pessoa do presente do modo indicativo, é classificado como:

- A) De ligação.
- B) Intransitivo.
- C) Bitransitivo.
- D) Transitivo direto.
- E) Transitivo indireto.

Questão 08

Em “Em coautoria com o Prof. Dr. Norman Augusto Martínez Gutierrez, publiquei o livro *Limitação da Responsabilidade Civil no transporte marítimo para que fossem lançadas novas luzes nesse debate.*” (2º§), na palavra sublinhada não há emprego de hífen. Analise os termos apresentados sem a utilização de hífen, marque C se sua grafia estiver Correta ou I se estiver Incorreta.

- () Eletroímã.
- () Inter-racial.
- () Anti-ibérico.
- () Circumpolar.

A sequência está correta em

- A) C, I, I, I.
- B) C, I, I, C.
- C) C, I, C, I.
- D) I, C, I, C.
- E) I, C, C, I.

Questão 09

Considere as justificativas para a acentuação gráfica de algumas palavras transcritas do texto, analise as afirmativas a seguir.

- I. “Fórum” (1º§): paroxítona terminada em “um”.
- II. “Artifício” (1º§): é acentuada por ser proparoxítona.
- III. “Há” (2º§): trata-se de uma oxítona que contém “a” tônico.
- IV. “Portuários” (2º§): é acentuada porque a vogal “a” figura sozinha numa sílaba.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) I.
- B) III.
- C) I e II.
- D) II e IV.
- E) III e IV.

Questão 10

Sobre a obra “Limitação da Responsabilidade Civil no transporte marítimo”, mencionada no 2º§ do texto, é correto afirmar que:

- A) Aborda um tema controvertido na doutrina maritimista nacional e internacional.
- B) Objetiva inibir o aumento da segurança jurídica no comércio marítimo internacional.
- C) Tem o propósito de coagir investidores, seguradoras e agentes marítimos, entre outros públicos.
- D) Foi lançada apesar da ausência de financiamento público para as pesquisas que originaram sua produção.
- E) Destaca estar o instituto da limitação da responsabilidade civil difundido em várias convenções internacionais realizadas na Bélgica.

Questão 11

Acerca do *Microsoft Word 2010*, Configuração Local, Idioma Português-Brasil, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Um clique com o *mouse* à margem de um parágrafo (*mouse* vira uma seta).
 2. Dois cliques com o *mouse* à margem de um parágrafo (*mouse* vira uma seta).
 3. Três cliques com o *mouse* à margem de um parágrafo (*mouse* vira uma seta).
 4. Manter a tecla ALT pressionada e arrastar o *mouse*.
 5. Manter a tecla CTRL acionada, após a seleção de uma letra e/ou palavra e/ou texto.
- () Seleciona todo o texto do documento.
 () Seleciona uma coluna de texto.
 () Seleciona o parágrafo inteiro.
 () Realiza seleção alternada, em partes diversificadas do texto.
 () Seleciona uma linha desse parágrafo.

A sequência está correta em

- A) 3, 4, 2, 5, 1.
 B) 2, 4, 5, 1, 3.
 C) 4, 1, 3, 2, 5.
 D) 1, 5, 2, 4, 3.
 E) 5, 3, 1, 2, 4.

Questão 12

Formatar um texto digitado com o *Microsoft Word 2010*, Configuração Local, Idioma Português-Brasil, é ação relativamente descomplicada quando se conhece os comandos a serem utilizados. Alternar as palavras entre maiúsculas e minúsculas é uma dessas ações. Para isso, com as palavras selecionadas, basta acionar as teclas:

- A) SHIFT + F2.
 B) SHIFT + F3.
 C) SHIFT + F4.
 D) SHIFT + F5.
 E) SHIFT + F6.

Questão 13

A Central de Ações, recurso que aumenta a segurança no *Windows 7*, Configuração Local, Idioma Português-Brasil, verifica se componentes fundamentais de proteção estão habilitados. São itens que a Central de Ações inspeciona, EXCETO:

- A) Configurações de *Firewall*.
 B) Controle de Conta de Usuário.
 C) Desinstalação de *softwares* maliciosos.
 D) Configurações de segurança da *Internet*.
 E) Atualização automática com *Windows Update*.

Questão 14

Análise as afirmativas, marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

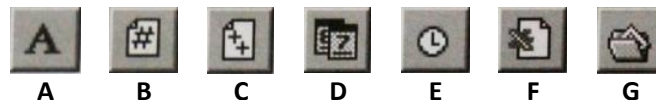
- () Para enviar um *e-mail* é necessário que remetente e destinatário estejam conectados à *internet*.
 () Uma conexão *dial-up*, que pode ser utilizada para enviar *e-mails*, é considerada banda larga.
 () Ao pressionar CTRL + ENTER entre o “www” e o “.com” é possível digitar rapidamente uma URL terminada com “.com”.
 () A maioria das páginas possui *links* que levam a outras páginas.
 () Um endereço de *e-mail* não precisa ter, obrigatoriamente, o @ (arroba).
 () A página inicial do seu navegador favorito sempre poderá ser alterado.

A sequência está correta em

- A) F, V, F, V, F, V.
 B) F, F, V, V, F, V.
 C) V, V, F, F, V, F.
 D) V, F, V, F, V, F.
 E) V, F, F, V, V, F.

Questão 15

No *Microsoft Excel 2010*, Configuração Local, Idioma Português-Brasil, na caixa de diálogo para a criação de cabeçalho/rodapé são apresentadas três caixas para a digitação de informações. Uma delas se refere a informações no instante de impressão. Diante do exposto, relacione adequadamente as colunas a seguir.



- () Imprimir o número da página.
 () Formatar o texto do cabeçalho/rodapé.
 () Imprimir o diretório atual.
 () Imprimir o nome do arquivo.
 () Imprimir a hora atual.
 () Imprimir o número total de páginas.
 () Imprimir a data atual.

A sequência está correta em

- A) E, C, D, A, F, G, B.
 B) C, D, A, E, B, G, F.
 C) D, F, C, G, A, B, E.
 D) G, E, B, C, F, D, A.
 E) B, A, G, F, E, C, D.

Questão 16

Considere a seguinte sequência numérica: (25, 60, 95, 130, 165, ...). Sendo S a soma dos 11 primeiros elementos dessa sequência e X a diferença entre o 10º termo e o 1º, qual é o

valor mais próximo da razão $\frac{S}{X}$?

- A) 5.
 B) 6.
 C) 7.
 D) 8.
 E) 9.

Questão 17

O capitão de um navio cruzeiro fez uma pesquisa com seus passageiros e constatou que $\frac{1}{4}$ dos passageiros estava realizando sua primeira viagem e $\frac{1}{3}$ dos demais estava em sua segunda experiência em cruzeiro. Metade dos passageiros que fizeram mais de duas viagens contavam com um número maior que 10 de viagens realizadas. O capitão, então, contabilizou que 314 passageiros haviam realizado entre 3 e 10 viagens de cruzeiro. Quantos passageiros há nesse cruzeiro?

- A) 628.
- B) 942.
- C) 1256.
- D) 1570.
- E) 1884.

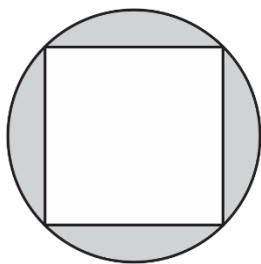
Questão 18

Em um cais há 960 navios. Houve dois tipos de vistorias de rotina: uma de responsabilidade do governo Federal e outra do governo Estadual. Sabendo-se que 400 navios passaram pela vistoria Federal, 400 passaram pela vistoria Estadual e que metade dos navios não passaram por nenhuma vistoria, quantos desses navios foram submetidos às duas vistorias?

- A) 80.
- B) 320.
- C) 480.
- D) 800.
- E) 960.

Questão 19

A figura representa um molde do brasão a ser utilizado como símbolo de um cais, dentro do qual, na região em branco, serão representados os valores e princípios a serem seguidos pelos funcionários que lá trabalham. Para criar o molde, será usado um disco de prata e, dentro dele, um quadrado branco, de tal forma que os vértices do quadrado toquem a circunferência em quatro pontos.



Sabendo-se que o quadrado está inscrito na circunferência de raio R , é possível determinar que a área prateada que irá aparecer no brasão é igual a:

- A) $(\pi + 2)R^2$
- B) $(\pi - 1)R^2$
- C) $(\pi - 2)R^2$
- D) $(\pi - 4)R^2$
- E) $(2\pi - 2)R^2$

Questão 20

Considere a seguinte situação hipotética: três amigos, Jânio, Alfredo e Cosme são servidores da área portuária e cada um exerce uma função diferente: eletromecânico, coordenador de operações e maquinista, com salários distintos: R\$ 4.000,00, R\$ 3.000,00 e R\$ 2.500,00, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que:

- Jânio não trabalha como eletromecânico e não recebe um salário de R\$ 4.000,00;
- Alfredo não é maquinista e possui salário maior que o de Cosme;
- Cosme não trabalha como eletromecânico e possui um salário menor que o de Jânio, e,
- O coordenador de operações não recebe um salário de R\$ 2.500,00.

Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- A) Alfredo é eletromecânico, recebe R\$ 4.000,00 e Cosme é maquinista.
- B) Jânio é maquinista, recebe R\$ 2.500,00 e Alfredo é eletromecânico.
- C) Jânio é coordenador de operações, recebe R\$ 3.000,00 e Alfredo é maquinista.
- D) Alfredo é eletromecânico, seu salário é R\$ 4.000,00 e Cosme é coordenador de operações.
- E) Cosme é coordenador de operações, possui um salário de R\$ 2.500,00 e Alfredo é eletromecânico.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Questão 21**

A infração, segundo a Lei nº 12.815/2013, é toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária, que importe em realização de operações portuárias com infringência ao disposto nesta Lei ou com inobservância dos regulamentos do porto; na recusa injustificada, por parte do órgão de gestão de mão de obra, da distribuição de trabalhadores a qualquer operador portuário; ou ainda na utilização de terrenos, área, equipamentos e instalações portuárias, dentro ou fora do porto organizado, com desvio de finalidade ou com desrespeito à Lei ou aos Regulamentos. É correto afirmar que responde pela infração:

- A) Pessoa física ainda que não concorra para sua prática ou dela tenha se beneficiado.
- B) Pessoa jurídica ainda que não concorra para sua prática ou dela tenha se beneficiado.
- C) Apenas a pessoa física que, intervindo na operação portuária, concorra para sua prática.
- D) Pessoa física e jurídica, que intervindo na operação portuária, não evitem efetivamente sua prática.
- E) Pessoa física ou jurídica que, intervindo na operação portuária, concorra para sua prática ou dela se beneficie, conjunta ou isoladamente.

Questão 22

Segundo o Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, compete às Comissões de Ética, EXCETO:

- A) Dirimir dúvidas a respeito da interpretação de suas normas e deliberar sobre casos omissos.
- B) Apurar, mediante denúncia ou ofício, conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes.
- C) Atuar como instância consultiva de dirigentes e servidores no âmbito de seu respectivo órgão ou entidade.
- D) Conduzir em seu âmbito a avaliação da gestão da ética conforme processo coordenado pela Instância Superior.
- E) Supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal e comunicar à CEP situações que possam configurar descumprimento de suas normas.

Questão 23

Nos termos da Lei nº 12.815/2013, considera-se estação de transbordo de cargas:

- A) Instalação localizada dentro ou fora da área do porto organizado e utilizada em movimentação de passageiros.
- B) Área delimitada por ato do Poder Executivo que compreende as instalações portuárias e a infraestrutura de proteção e de acesso ao porto organizado.
- C) Instalação portuária explorada mediante autorização, localizada fora do porto organizado e utilizada em movimentação de passageiros ou mercadorias em embarcações de navegação interior.
- D) Instalação portuária explorada mediante autorização, localizada fora da área do porto organizado e utilizada exclusivamente para operação de transbordo de mercadorias em embarcações de navegação interior ou cabotagem.
- E) Instalação portuária explorada mediante autorização, localizada dentro da área do porto organizado e utilizada majoritariamente para operação de transbordo de mercadorias em embarcações de navegação interior ou cabotagem.

Questão 24

Na licitação dos contratos de concessão e arrendamento, há a consideração de critérios específicos para julgamento, seja de forma isolada ou combinada. Segundo a Lei nº 12.815/2013, são critérios para o julgamento deste contrato:

- A) A mínima capacidade de movimentação, a melhor tarifa ou a menor previsão de risco.
- B) A melhor capacidade de atendimento, o menor risco contratual ou o menor ônus de manutenção.
- C) A melhor capacidade de movimentação, a tarifa mais gravosa ou a frequência da movimentação.
- D) A maior capacidade de movimentação, a menor tarifa ou o menor tempo de movimentação de carga.
- E) A melhor capacidade de atendimento, a menor previsão de custeio ou o menor tempo de movimentação de carga.

Questão 25

A exploração dos portos organizados e instalações portuárias, com o objetivo de aumentar a competitividade e o desenvolvimento do país, deve seguir a algumas diretrizes, delimitadas na Lei nº 12.815/2013. NÃO corresponde a uma destas diretrizes:

- A) Promoção da segurança da navegação na entrada e na saída das embarcações dos portos.
- B) Expansão, modernização e otimização da infraestrutura e da superestrutura que integram os portos organizados e instalações portuárias.
- C) Garantia da modicidade e da publicidade das tarifas e preços praticados no setor, da qualidade da atividade prestada e da efetividade dos direitos dos usuários.
- D) Estímulo ao turismo, incentivando o trânsito e liberdade de atracamento de navios turísticos, assegurando o amplo acesso aos portos organizados, instalações e atividades portuárias.
- E) Estímulo à modernização e ao aprimoramento da gestão dos portos organizados e instalações portuárias, à valorização e à qualificação da mão de obra portuária e à eficiência das atividades prestadas.

Questão 26

Só haverá para o Estado a obrigação de indenizar quando houver nexo de causalidade entre a conduta estatal e a ocorrência do evento danoso. Assim, o Estado poderá eximir-se de sua responsabilidade quando:

- A) Restar provado que o prejuízo pode ser atribuído a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços públicos. Neste caso, o Estado só responderá se ficar configurada sua culpa.
- B) Ocorrer caso fortuito ou força maior, já que não existirá nexo causal entre a conduta estatal e o evento; compete a parte que sofreu o dano provar a inexistência de que houve caso fortuito ou força maior.
- C) O dano não tiver cunho patrimonial; assim não caberá ao Estado o dever de indenizar quando o dano tiver valor economicamente irrisório ou extrapolar o campo patrimonial e atingir apenas o pessoal.
- D) Ficar demonstrado que se trata de um dano anormal, sendo que a própria vida em sociedade implica a aceitação de certos riscos; dessa forma, pequenos ônus que ocorrerem ocasionalmente não ensejam responsabilização estatal.
- E) A vítima der causa ao evento danoso exclusivamente, não haverá nexo causal entre a conduta estatal e o dano e, assim, o Estado não terá responsabilidade. O ônus da prova, nesse caso, é invertido cabendo ao Estado provar a culpa exclusiva da vítima.

Questão 27

Analise as afirmativas a seguir.

- I. O dever de fiscalização das concessões e permissões será de responsabilidade do poder concedente responsável pela delegação, desde que haja denúncia por parte dos usuários.
- II. A concessão de serviço público se caracteriza pela delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas, que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- III. O poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo.
- IV. O serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) I, III e IV.
- E) II, III e IV.

Questão 28

Determinado Estado da federação pretende implantar uma nova linha de transmissão de energia, a fim de atender à necessidade de uma determinada comunidade. Ocorre que, no trajeto das linhas de transmissão de energia, será necessário restringir parcialmente o aproveitamento de uso de imóveis particulares e imóveis públicos. Para conseguir o fim pretendido, o Estado deverá:

- A) Adquirir as parcelas dos imóveis públicos atingidos pelas linhas de transmissão de energia e desapropriar a área dos imóveis particulares.
- B) Promover o tombamento das áreas públicas e privadas, contribuindo anualmente com os gastos de manutenção e preservação da área afetada.
- C) Promover a desapropriação dos imóveis particulares, com a devida indenização, e a requisição de limitação administrativa sobre os imóveis públicos sem, contudo, ter que indenizar.
- D) Instituir servidão administrativa sobre as parcelas dos imóveis públicos atingidos e desapropriar os imóveis particulares, já que os bens públicos não podem ser objetos de desapropriação.
- E) Instituir servidão administrativa sobre os imóveis particulares e públicos, observadas as formalidades legais, inclusive para os imóveis públicos. Em regra, não gera dever de indenizar ao serviente, exceto se houver dano comprovado.

Questão 29

Sobre as organizações sociais que compõem o chamado terceiro setor ou entes de cooperação ou entidades paraestatais, é correto afirmar que:

- A) Têm finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades.
- B) Possuem obrigatoriedade de publicação anual, em jornal de grande circulação local, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão.
- C) Em caso de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade, poderão promover a distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido.
- D) Devem celebrar contrato particular, que será elaborado de comum acordo com o órgão ou entidade supervisora, devendo discriminar atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da organização social.
- E) São pessoas jurídicas de direito público, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

Questão 30

A Resolução ANTAQ nº 3.274/14 dispõe que compete à autoridade portuária, observadas as normas legais:

- A) Estabelecer critérios de uso de armazéns, pátios, galpões e silos.
- B) Dirigir e coordenar as operações portuárias sob sua responsabilidade.
- C) Firmar os contratos com os tomadores de serviço, com o aval do operador portuário.
- D) Contratar serviços de terceiros para fins de complementação de mão de obra portuária.
- E) Responsabilizar-se diretamente pelos serviços de movimentação ou armazenamento de carga.

Questão 31

Conforme as normas previstas expressamente na Lei nº 4.860/65, a fim de remunerar o trabalhador portuário pelos riscos relativos à insalubridade, periculosidade e outros porventura existentes, sobre o “adicional de riscos” assinale a alternativa correta.

- A) Somente será devido durante o tempo efetivo no serviço considerado sob risco.
- B) Será devido em percentual de até 30%, conforme definido pelo órgão gestor.
- C) Pelo risco de atividade insalubre é incorporado aos proventos para fins de aposentadoria.
- D) A cada período de seis meses de vigência do contrato portuário é assegurado período de vinte dias de férias.
- E) O trabalhador dispensado pelo cometimento de falta grave fica impedido de retornar ao serviço por dois anos.

Questão 32

Considerando o que dispõe a Lei nº 12.815/13 sobre a autorização de instalações portuárias, é correto afirmar que a autorização para instalação portuária na modalidade de

- A) instalação portuária de turismo deve ser precedida de chamada pública, anúncio público ou processo seletivo público.
- B) terminal de uso privado será formalizada por meio de termo de parceria, independentemente de requerimento à ANTAQ.
- C) estação de transbordo e carga terá prazo de vigência de até vinte anos, não podendo ser renovada no período de dois anos.
- D) instalação portuária pública de pequeno porte formaliza-se por contrato administrativo, precedida de licitação por concorrência.
- E) estação de transbordo e carga terá prazo de vigência de até vinte e cinco anos, podendo ser prorrogada por, no máximo, cinco anos.

Questão 33

Considerando as normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, nos moldes da Lei nº 9.719/98, assinale a afirmativa correta.

- A) O órgão gestor de mão de obra deverá ceder trabalhador portuário avulso cadastrado, em caráter permanente, a operador portuário.
- B) O recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e dos encargos fiscais e previdenciários é responsabilidade da União.
- C) O pagamento da remuneração pelos serviços executados deverá ser efetuado no prazo de quarenta e oito horas após o término do serviço prestado pelo trabalhador portuário avulso.
- D) É vedado ao trabalhador portuário avulso cadastrado no órgão gestor de mão de obra concorrer à escala diária para complementação de equipe de trabalho do quadro dos registrados.
- E) A liberação das parcelas referentes a décimo terceiro salário e férias será regulamentada pelo Poder Legislativo, assim como o recolhimento do FGTS e dos encargos fiscais e previdenciários.

Questão 34

“Concessão é a transferência, realizada pela União, mediante convênio, da administração e da exploração do porto organizado para Municípios ou Estados, ou a consórcio público.” Nos termos da Lei nº 12.815/13, assinale a alternativa correta.

- A) O trecho corresponde à exata previsão legal, sendo, pois, uma afirmativa correta.
- B) A afirmativa está incorreta, pois a referida transferência opera-se pelo instituto da delegação.
- C) Embora o instituto esteja corretamente identificado, é vedada a transferência para Municípios.
- D) A transferência é realizada pela União, mediante contrato de adesão, quando superior a dez anos.
- E) A referida transferência é permitida; porém, somente a consórcios públicos formados pelos Estados.

Questão 35

Considerando a aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a alternativa correta.

- A) Uma norma não poderá ter eficácia jurídica sem ser socialmente eficaz.
- B) Normas de eficácia plena necessitam de outra norma superveniente para que cheguem a ser eficazes.
- C) Normas de eficácia limitada são aquelas que receberam da constituinte normatividade suficiente à sua incidência imediata.
- D) A eficácia social de uma norma constitucional vigente pode ser verificada na hipótese de ser efetivamente aplicada a casos concretos.
- E) As normas de eficácia plena, via de regra, não dependem apenas de regulamentação pelo legislador infraconstitucional, mas, ainda, de condições materiais.

Questão 36

Considerando os princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, núcleo axial do qual emanam todos os direitos, encontra reflexos no texto constitucional tanto na ordem econômica quanto na social.
- II. O Princípio da Independência decorre na vedação de que membros de um Poder sejam escolhidos por ato de outro Poder.
- III. Haverá prevalência dos interesses públicos sempre que estes conflitarem com interesses individuais.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e III.
- E) II e III.

Questão 37

Sobre as modalidades de extinção obrigacional, analise as afirmativas a seguir.

- I. Não produz, como ocorre no pagamento direto, a satisfação imediata do crédito.
- II. Constitui um negócio jurídico e forma de pagamento indireto.
- III. Exige uma obrigação anterior e uma nova obrigação.

Tratam-se de elementos essenciais à seguinte modalidade de extinção obrigacional:

- A) Da novação.
- B) Da compensação.
- C) Da remissão de dívida.
- D) Da dação em pagamento.
- E) Do pagamento em consignação.

Questão 38

Sobre a propriedade e suas classificações, analise a assertiva a seguir: “o proprietário tem consigo os atributos de gozar, usar, reaver e dispor da coisa. Todos esses caracteres estão em suas mãos de forma unitária, sem que terceiros tenham qualquer direito sobre a coisa”. Trata-se da classificação:

- A) Domínio útil.
- B) Nua-propriedade.
- C) Propriedade alodial.
- D) Propriedade restrita.
- E) Propriedade limitada.

Questão 39

A intervenção de terceiros é tratada na parte geral do Código de Processo Civil sancionado e em vigor desde 2015, sendo aplicável a todos os procedimentos. A intervenção nada mais é do que a oportunidade legalmente concedida àqueles que não participam da relação jurídica processual, adentrar ao processo ou ser convocado, na defesa de interesses jurídicos próprios. São modalidades de intervenção de terceiros previstas no Novo Código de Processo Civil, EXCETO:

- A) Oposição.
- B) Assistência.
- C) Denúnciação da lide.
- D) Chamamento ao processo.
- E) Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica.

Questão 40

O Código de Processo Civil dispõe sobre a necessidade de consentimento do cônjuge para que o outro possa propor ação que verse sobre direito real imobiliário. Tal regra se aplica a todos os regimes matrimoniais, EXCETO:

- A) Da separação parcial de bens.
- B) Da comunhão parcial de bens.
- C) De separação absoluta de bens.
- D) Da comunhão universal de bens.
- E) De participação final nos aquestos.

Questão 41

Nas palavras de Flávio Tartuce, “a classificação do negócio jurídico tem como objetivo enquadrar um determinado instituto jurídico, bem como demonstrar a sua natureza jurídica. Busca-se, assim, o que se denomina como categorização jurídica”. Sobre a classificação dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- A) Neutros: são aqueles em que não há uma atribuição patrimonial determinada.
- B) Bifrontes: envolvem sacrifícios e vantagens após a morte de determinada pessoa.
- C) Bilaterais: envolvem mais de duas partes, com interesses coincidentes no plano jurídico.
- D) Plurilaterais: atos e negócios em que a declaração de vontade emana de apenas uma pessoa, com um único objetivo.
- E) Unilaterais: atos e negócios em que há duas manifestações de vontade coincidentes sobre o objeto ou bem jurídico tutelado.

Questão 42

O advogado é capaz de realizar algumas de suas atribuições profissionais a distância, ou seja, fora das dependências da empresa: trata-se da prestação de serviços pelo empregado na modalidade de teletrabalho. Quanto ao regime jurídico que rege essa modalidade, assinale a alternativa correta.

- A) Poderá ser realizada a alteração entre regime presencial e de teletrabalho desde que haja mútuo acordo entre as partes, registrado em aditivo contratual, mas o inverso é defeso por lei.
- B) O comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento descaracteriza o regime de teletrabalho.
- C) Poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de 30 dias, com correspondente registro em aditivo contratual.
- D) Considera-se teletrabalho a prestação de serviços prestados exclusivamente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo.
- E) As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado serão previstas em contrato escrito.

Questão 43

Tarcísio é cirurgião-dentista e possui contrato de trabalho com a Clínica Sorriso, mas também exerce a profissão de forma autônoma em seu consultório particular. Ocorre que Tarcísio foi condenado judicialmente por imperícia, imprudência e negligência, além da cassação definitiva do seu registro e diploma. Diante de tal situação hipotética e de acordo com a CLT, assinale a medida que poderá ser tomada pelo empregador.

- A) O contrato de trabalho de Tarcísio será suspenso, inclusive os vencimentos.
- B) Poderá decretada a nulidade do contrato de trabalho, fazendo jus aos mesmos pagamentos rescisórios devidos na rescisão sem justa causa.
- C) Poderá ser decretada a despedida por justa causa de Tarcísio; terá direito a receber saldo salarial e férias vencidas, se houver, sem receber os demais direitos rescisório.
- D) Poderá ser decretada a despedida indireta de Tarcísio, desde que haja previsão no contrato de trabalho; devem ser pagas as mesmas verbas rescisórias devidas na rescisão sem justa causa, inclusive aviso prévio.
- E) A cassação definitiva do seu registro e diploma não constitui motivo para dispensa por justa causa, ficando o empregador facultado a rescindir o contrato de trabalho sem justa causa e com pagamento de todas as verbas rescisórias da modalidade.

Questão 44

Acerca do ônus da prova e da revelia, e confissão no Processo do Trabalho, analise as afirmativas a seguir.

- I. Cabe às partes tomar as medidas cabíveis para que o depoimento de uma testemunha não seja ouvido pelas demais que tenham de depor no processo.
- II. Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juízo atribuir o ônus da prova de modo diverso. Tal decisão deverá ser proferida antes da abertura da instrução.
- III. O não-comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato. Porém, a revelia não produz o efeito, caso a petição inicial não esteja acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) I.
- B) II.
- C) I e II.
- D) I e III.
- E) II e III.

Questão 45

Os Auxiliares da Justiça são órgãos e pessoas que participam do processo, prestando serviços à administração da Justiça. Prestam serviços auxiliares à Justiça do Trabalho, EXCETO:

- A) Advogados.
- B) Distribuidores.
- C) Oficiais de Diligência.
- D) Secretarias dos Tribunais Regionais.
- E) Secretarias das Juntas de Conciliação e Julgamento.

Questão 46

Na fase de conhecimento de determinada reclamação trabalhista, foi apurado que o empregado laborou em períodos de sobrejornada. Por sua vez, a empresa provou o pagamento da referida verba, mas não provou o pagamento dos reflexos. A sentença foi proferida condenando a reclamada ao pagamento dos reflexos, devidamente atualizados e com a incidências dos juros legais. Transitado em julgado, iniciou-se a fase de execução. Assim, é correto afirmar que:

- A) O agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição suspende a execução da sentença.
- B) Em caso de interposição de agravo de petição, este deve ser recebido com efeito suspensivo, paralisando qualquer ato e o curso da execução até o seu julgamento final.
- C) O meio adequado para a impugnação de valores controversos é via agravo de instrumento, que deverá ser proposto no prazo de oito dias perante a Turma Recursal ou no respectivo Tribunal Regional do Trabalho.
- D) Cabe agravo de instrumento em caso de decisão que indefere a penhora de determinado bem, que visa garantir a execução. Nas razões do recurso deve ser demonstrada a menor onerosidade sobre o bem pretendido.
- E) Cabe agravo de petição das decisões do Juiz ou Presidente, sendo certo que o referido recurso tem natureza vinculada, isto é, exige que a parte delimite a matéria e valores impugnados, para possibilidade da execução dos valores incontroversos.

Questão 47

Jorge e Francisco trabalham em uma mesma indústria. Nos meses de setembro a novembro, eles foram submetidos a cargas horárias distintas em razão da produção. Nesse período, Jorge trabalhou de segunda a sexta-feira, das 7h às 16h, gozando diariamente de 30 minutos para repouso e alimentação, e Francisco trabalhou de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h, gozando diariamente de 15 minutos para repouso e alimentação. Nesse contexto, é correto afirmar que os trabalhadores:

- A) Deverão receber uma hora integral, acrescida de 50% sobre a remuneração da hora normal de trabalho, tendo tal pagamento natureza salarial.
- B) Deverão receber uma hora integral, acrescida de 100% sobre a remuneração da hora normal de trabalho, tendo tal pagamento natureza indenizatória.
- C) Jorge deverá receber 30 minutos, acrescidos de 50% sobre a remuneração da hora normal de trabalho, tendo tal pagamento natureza indenizatória. Francisco não terá direito algum.
- D) Jorge deverá receber 30 minutos, acrescidos de 100% sobre a remuneração da hora normal de trabalho, tendo tal pagamento natureza salarial. Francisco deverá receber 45 minutos, acrescidos de 50% sobre a remuneração da hora normal de trabalho, tendo tal pagamento natureza indenizatória.
- E) Jorge deverá receber 30 minutos, acrescidos de 50% sobre a remuneração da hora normal de trabalho, tendo tal pagamento natureza indenizatória. Francisco deverá receber 45 minutos, acrescidos de 50% sobre a remuneração da hora normal de trabalho, tendo tal pagamento natureza indenizatória.

Questão 48

Sobre a remuneração, assinale a alternativa correta.

- A) O trabalhador dispensado receberá o aviso correspondente ao seu último valor remuneratório, mesmo que o seu salário seja variável durante o período contratual.
- B) As importâncias, desde que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos integram a remuneração do empregado.
- C) O adicional de periculosidade do empregado eletricitário deve ser calculado sobre a totalidade das parcelas de natureza salarial. Não é válido norma coletiva mediante a qual se determina a incidência do referido adicional sobre o salário básico.
- D) Como regra é vedado ao empregador efetuar qualquer desconto nos salários do empregado. Em caso de dano causado pelo empregado, o desconto será lícito, desde que esta possibilidade tenha sido acordada ou na ocorrência de dolo ou culpa do empregado.
- E) Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, as suas necessidades normais de alimentação, segurança, vestuário, higiene e transporte.

Questão 49

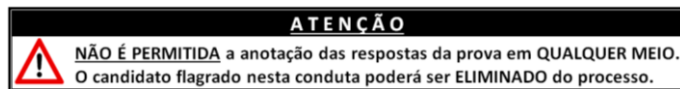
Determinada empresa pactuou com todos os seus funcionários, independentemente de salário e nível escolar, o banco de horas anual e a redução do intervalo para 40 minutos. Considerando a proposta e a legislação trabalhista atual, é correto afirmar que a pactuação é:

- A) Nula apenas em relação à redução do intervalo, pois se trata de questão que afeta a normas de ordem pública.
- B) Nula em relação ao banco de horas anual e à redução do intervalo, pois ambos dependem de negociação coletiva.
- C) Válida apenas no que diz respeito ao banco de horas anual, já que apenas a redução do intervalo depende de negociação coletiva.
- D) Válida apenas se houver convenção ou acordo coletivo de trabalho disciplinando a possibilidade da redução do intervalo. Com relação ao banco de horas anual é válido para aqueles que celebrarem contrato individual por escrito.
- E) Válida apenas para os empregados que sejam portadores de diploma de nível superior e receba salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, pois a situação relatada não depende de negociação coletiva.

Questão 50

As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos doze meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito. Sobre o período de férias, é correto afirmar que:

- A) É vedado descontar, do período de férias, as faltas injustificadas do empregado ao serviço.
- B) Após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, na seguinte proporção 14 dias corridos, quando tiver de 24 a 32 faltas.
- C) Durante as férias, o empregado não poderá prestar serviços a outro empregador, salvo se estiver obrigado a fazê-lo em virtude de contrato de trabalho regularmente mantido com aquele.
- D) Ainda que no curso do período aquisitivo de férias o empregado deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de 30 dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa, fará jus ao gozo da mesma.
- E) Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até dois períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias corridos, e os demais não poderão ser inferiores a 5 dias corridos, cada um.



ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de Peça Prático-Profissional privativa de advogado (petição ou parecer).
- A resposta à prova discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica indelével de corpo transparente, de ponta grossa e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- Deverão ser observados o limite máximo de 150 (cento e cinquenta) linhas: 20 (vinte) pontos.
- Será atribuída nota ZERO à questão que: não observar as orientações presentes no caderno de questões; contiver identificação fora do local apropriado; estiver em branco; desenvolver o texto fora do tema solicitado ou elaborar peça inadequada para a solução do problema proposto; apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; e, apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.
- Para efeito de avaliação de cada questão da Prova Discursiva (Peça Prático-Profissional) serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA		
CRITÉRIOS	ELEMENTOS DA AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO
Aspectos Formais e Aspectos Textuais	Observância das normas de ortografia, pontuação, concordância, regência e flexão, paragrafação, estruturação de períodos, coerência e lógica na exposição das ideias.	5 pontos
Aspectos Técnicos	Pertinência da exposição relativa ao tema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao conteúdo programático proposto.	15 pontos
TOTAL DE PONTOS:		20 pontos

Leia as informações a seguir.

1. Em razão de fortes chuvas que atingiram o Pará, em março de 2013, houve danos consideráveis em uma das estruturas da frente de atracação do Porto de Santarém, impossibilitando o desembarque de toneladas de grãos sólidos, especialmente soja e milho.
2. A COMPANHIA DAS DOCAS DO PARÁ – CDP, para solução rápida do problema, utilizando recursos de repasse da UNIÃO, realizou procedimento de dispensa de licitação para a contratação direta das obras emergenciais de recuperação da estrutura portuária. O contrato firmado com a empresa privada OBRAS S/A foi assinado ainda em março, no valor de R\$ 1.600.000,00, e todo o escopo contratual foi executado a contento no mês de abril, permitindo o retorno imediato das atividades comprometidas pelas fortes chuvas.
3. Tomando ciência dos fatos e considerando que ficou amplamente provado o interesse jurídico direto e específico da UNIÃO, embora não tenha constatado superfaturamento, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL ajuizou, em março de 2019, ação de improbidade administrativa em face da empresa OBRAS S/A, da COMPANHIA DAS DOCAS DO PARÁ – CDP, e em face de WALTER PORTO, servidor responsável pela referida contratação e que se desligou do cargo em comissão de Gestor de Licitações em junho de 2013. A UNIÃO ingressou no feito como autora.
4. A ação proposta sustentou a ocorrência de ato de improbidade de enriquecimento ilícito, com fundamento na obrigatoriedade de realização de licitação na modalidade de concorrência. Os autores sustentam a imprescritibilidade da ação de improbidade administrativa e pedem a condenação dos réus em: ressarcimento ao erário, multa civil de três vezes o dano ao erário, suspensão dos direitos políticos por dez anos para o agente público, além de proibição de contratar com o poder público por dez anos, para a empresa envolvida.
5. Após o ajuizamento da ação e a apresentação de informações pelos notificados, o juiz competente RECEBEU A INICIAL.
6. **Em face de todo o exposto, na condição de advogado da COMPANHIA DAS DOCAS DO PARÁ – CDP, redija a peça recursal cabível, nos moldes da Lei nº 8.429/92, em face do recebimento da inicial. É obrigatório abordar os seguintes aspectos:**
 - a) Endereçamento correto do recurso cabível, nos moldes da Constituição Federal;
 - b) Identificação correta do recurso cabível, nos moldes da Lei nº 8.429/92;
 - c) Tempestividade do recurso – indicar qual é o prazo para interposição do recurso previsto no CPC/2015;
 - d) Fundamentação adequada quanto à modalidade de contratação da obra;

CONCURSO PÚBLICO – COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

- e) Fundamentação adequada quanto à prescrição da ação de improbidade, nos moldes da Lei nº 8.429/92;
- f) Fundamentação adequada quanto aos pedidos autorais, apresentando a inadequação em face da Lei nº 8.429/92; e,
- g) Pedido recursal adequado em face do recebimento da inicial.

Observação:

- Para dados faltantes, use (...). Exemplo: Walter Porto, CPF ..., residente em ...

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CONCURSO PÚBLICO – COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	

CONCURSO PÚBLICO – COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	

CONCURSO PÚBLICO – COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	

CONCURSO PÚBLICO – COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

INSTRUÇÕES

1. Somente é permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, de corpo transparente, de preferência de ponta grossa. Todos os demais objetos devem ser colocados na embalagem não reutilizável fornecida pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e carteira com documentos e valores em dinheiro. Não é permitida a comunicação entre os candidatos, o empréstimo de material, nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, fone de ouvido, *pendrive*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, carteiras e etc.
2. O tempo de duração da prova objetiva de múltipla escolha é de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para os cargos de Nível Superior (exceto para Analista Portuário – Direito), Nível Médio e Médio Técnico; e de 5 (cinco) horas de duração somente para o emprego de Analista Portuário – Direito (Nível Superior). Esse período abrange a assinatura e a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas.
3. Com vistas à garantia da segurança e integridade do certame, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais no ingresso e na saída de sanitários durante a realização da prova.
4. O Caderno de Provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha e 1 (uma) redação, exceto para o emprego de Analista Portuário – Direito, para o qual será constituída a elaboração de 1 (uma) peça processual. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas que lhe foi fornecido estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou, ainda, tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
5. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas (A a E) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Resposta (prova objetiva) e o Caderno/Folha de Textos Definitivos (prova discursiva) devidamente assinados no local indicado.
6. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
7. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer meio.
8. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o Caderno de Provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. Após identificado e acomodado na sala, o candidato somente poderá ausentar-se 90 (noventa) minutos após o início das provas; contudo, não poderá levar consigo o Caderno de Provas.
9. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo Coordenador da Unidade.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h do dia subsequente ao da realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.